



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

CONTRA A FROTA TRANSOCEÂNICA DO NOSSO ESPÍRITO: RUI RIBEIRO COUTO E A “COOPERAÇÃO INTELLECTUAL” EM SUA ATUAÇÃO POLÍTICA E EDITORIAL

Livia Lopes Neves*

1

(...) a Cooperação Intellectual Inter-americana, neste momento mais do que nunca, é obra de solidariedade na defesa da civilização de todos deles. Não podemos pensar numa defesa comum, se não preparamos uma cooperação intelectual comum. (Apreciação do relatório do professor Miguel Osório de Almeida, RC Pi, s/d, p. 6)

A atração que o lado oposto do oceano exerceu sobre o Brasil e o decorrente descuido dos itinerários costeiros foram objeto de reflexão de Rui Ribeiro Couto. Sua atuação no Ministério das Relações Exteriores foi marcada pelo engajamento em propostas relativas a políticas de cooperação intelectual vinculadas à criação de órgãos ligados ao poder público, a saber: o *Serviço de Cooperação Intellectual*, e posteriormente, com o advento da Segunda Guerra e das políticas de aproximação continental, o *Instituto Inter-americano de Cooperação Intellectual*. Este visaria ultrapassar a barreira existente na América entre os três grandes blocos principais de

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista CNPq. Desenvolve pesquisa sobre a relação entre intelectuais e Estado Novo, especialmente Ribeiro Couto e Renato Almeida, bem como suas atuações no periodismo cultural do período. E-mail: livialneves@hotmail.com.

cultura: segundo o autor, o anglo-saxônico, o hispânico e o lusitano, objetivando o fim do permanente isolamento doméstico das relações culturais brasileiras em relação às repúblicas-irmãs do continente.

A despeito do pouco conhecimento do grande público tanto de sua trajetória literária ou editorial, como de seu envolvimento político, atentar para esses aspectos faz iluminar, ainda que parcialmente, um período singular da história do Brasil: a adesão à política panamericana e seu desenvolvimento em solo nacional. Falamos aqui do período do Estado Novo, buscando compreender melhor seu posicionamento em relação ao governo autoritário e suas contribuições para o desenvolvimento de bases sólidas para a sustentação da empreitada panamericana, principal escopo da publicação financiada pelo governo e que esteve sob sua direção, o *Pensamento da America* do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, que trouxe as suas páginas poemas, artigos, ensaios e resenhas de uma gama de americanos de diferentes nacionalidades, textos esses acompanhados por ilustrações: imagens de figuras exponenciais do continente, além de pinturas, gravuras e esboços de artistas americanos. Foi através da divulgação dos trabalhos de intelectuais e desses artistas que o *Pensamento da America* externalizou de forma prática o apoio à política rooseveltiana e deu sua contribuição ao panamericanismo no Brasil. Não deixou de lado os *outsiders*, contrários, por exemplo, aos ideais estadunidenses, como foi o caso do escritor Waldo Frank, contestador do estilo de vida extremamente materialista e consumista norte-americano, e que ainda assim, esteve no Brasil em nome da política panamericanista, a convite do OCIAA.¹

O projeto de âmbito político encabeçado por Couto visava se consolidar como uma obra de solidariedade em prol da civilização, entevendo que não se poderia pensar na defesa comum sem que se preparasse uma cooperação intelectual comum. Inaceitável para o intelectual santista era a familiaridade dos *scholars* de cada nação americana para com os mestres da literatura europeia em ‘ofensivo’ detrimento do conhecimento de autores nascidos no bloco da sua respectiva cultura e idioma. Tal proposta afinava-se aos debates travados pelo *Pensamento da America*, especialmente no período em que Ribeiro Couto esteve à frente da publicação de cunho panamericanista e vinculada ao

¹ Para dados mais consistente sobre a criação e funcionamento do OCIAA, ver *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, da National Archives Library, United States Government Printing Office, Whashington, 1947.

jornal estadonovista *A Manhã* (1941 e 1943). O periódico cedeu grande espaço para tais discussões, servindo aos interesses de uma propaganda viva da cultura brasileira e do estímulo de estudos críticos, refinando a publicidade automática ao afastá-la da mecanização representada pela simples remessa de publicações e livros via embaixadas. Seja quando se noticiavam ações do governo brasileiro que pudessem remeter a práticas de aproximação com os demais países do continente, ou quando se divulgava a atuação de outros governos americanos que visavam valorizar a união continental pela via da cooperação intelectual, o suplemento espelhou não apenas os interesses literários de seu editor, como também sua atuação política e as atividades intelectuais por ele exercidas, o que nos permite aferir aspectos como seu envolvimento com o Estado Novo e a importância da rede de sociabilidade na qual estava inserido (SIRINELLI, 1996).

Aqui a discussão busca relatar a imbricação residente em torno da ‘Cooperação Intelectual’ na obra editorial e na atuação profissional de Ribeiro Couto, não sem antes elucidar a que se refere tal expressão, a motivação pela qual o projeto foi criado e, posteriormente, desenvolvido no Brasil de forma bastante alterada, ainda que se mantendo a essência comum. A defesa da institucionalização da cooperação intelectual (de sobremaneira vinculado à científica) pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, vinculado à Liga das Nações, entre as décadas de 1920 e 1940, remonta ao interesse da defesa de um programa universal de coordenação da atividade intelectual que visava o desenvolvimento de uma consciência internacional e pacifista em oposição às rivalidades e aos nacionalismos exacerbados do período do entre guerras (RENOLIET *apud* CRUZ, 2008). O Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), que teve o filósofo francês Henri Bergson como seu primeiro presidente, desdobrou-se, anos mais tarde, em 1926, no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), com o intuito de agir em prol do desenvolvimento intelectual no mundo. (CRUZ, 2008).

Dessa empreitada participaram intelectuais brasileiros, que preconizaram a contribuição da ciência brasileira à chamada ciência universal (SOUZA, 2011). De forma bem elaborada e introdutória, Letícia Pumar Alves de Souza apresentou o debate travado em torno da questão, identificando quais foram as estratégias de legitimação do grupo brasileiro nos cenários científicos nacional e internacional, debruçando-se

principalmente sobre o envolvimento de Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto e Miguel Ozório Almeida². Este último, entre 1935 e 1946, ocupou o cargo de presidente da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual, criada em 1923 na Academia Brasileira de Letras e, em 1937, transferida para o Itamaraty.³

Foi nesse espaço institucional que Ribeiro Couto atuou visando alicerçar a boa relação com os países do continente americano sobre os pilares da comunhão do conhecimento histórico, literário, econômico e político, fazendo do ideal de cooperação intelectual um instrumento de relacionamento político de caráter não meramente pragmático e mecanizado. Sua proposta ganhou ares de boa vizinhança, priorizando a relevância de uma hierarquia que tenha como base o desenvolvimento das relações exteriores americanas entre si, posicionamento afinado aos debates travados no *Pensamento da America*.

Ao que parece, até que se consolidasse a formulação de uma proposta mais bem definida e sólida no que toca à criação e manutenção de um órgão especialmente voltado para a questão da cooperação intelectual, Ribeiro Couto atuava conforme os protocolos já existentes, encarregando-se de comunicar fatos de interesse para a socialização de informações entre o Brasil e as demais repúblicas do continente, demonstrando que o interesse pela manutenção de bons laços e divulgação do Brasil no exterior data de antes do envolvimento do Brasil com a Segunda Guerra e da adesão ao panamericanismo, o que de forma alguma configura uma novidade. Certamente é de amplo conhecimento que a preocupação com o estabelecimento de vínculos através do

² Miguel Ozório de Almeida (Rio de Janeiro, 1890-1953), médico fisiologista, cientista, professor, autor de obra especializada e ensaísta. Foi membro da Academia Brasileira de Ciência e de sociedades científicas estrangeiras, além de ter ocupado a Cadeira 22 da ABL, eleito em 5 de setembro de 1935, na sucessão de Medeiros e Albuquerque e recebido pelo Acadêmico Roquette-Pinto em 23 de novembro de 1935. No Instituto Oswaldo Cruz foi uma das grandes lideranças das pesquisas na área de fisiologia. Ver: MIGUEL OZORIO DE ALMEIDA. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Acesso em 01 de nov. 2010. Online. Para outras informações ver FONSECA; MAIO, 2004 e <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=515&sid=236>.

³ A Comissão Brasileira passou a funcionar em 1925 na Academia Brasileira de Letras, tendo, entre seus membros fundadores, os acadêmicos Aloysio de Castro e Afrânio Peixoto. Em 1937, sob a presidência do cientista Miguel Ozório de Almeida, a organização foi reformada e nomeada Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual (CBCI), passando a ter sua sede no Itamaraty. No mesmo ano, foi criado o Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, que marcou o desenvolvimento de uma diplomacia cultural no governo de Getúlio Vargas.

incentivo à propaganda e do estímulo das relações culturais é algo inerente à funcionalidade do Ministério de Relações Exteriores.

No entanto, o que convém avultar é a atuação pessoal de Ribeiro Couto, a fim de dar relevo a aspectos aparentemente corriqueiros e pouco influenciáveis em sua trajetória naquele Ministério, como, por exemplo – e neste item nos ateremos – sua formação como intelectual. O fato de ser um ‘homem de letras’ e um funcionário público, o que definitivamente não se trata de uma confluência isolada ou incomum no Brasil, influenciou em sua atuação como agente político. O mesmo não se pode dizer com tanta certeza a respeito do impacto que a vida nas embaixadas e nos antros políticos tenha moldado de forma abrangente sua obra poética. (Se a melancolia se agrava com a saudade do Brasil, esse já é um aspecto constante em sua obra, mesmo na inicial).

O que queremos destacar é que estar submerso em um conjunto de preocupações inerentes à participação no campo intelectual (BOURDIEU, 2009) certamente influenciou sua atuação enquanto funcionário do Ministério. Como se trata de um elemento essencial para a divulgação de uma obra intelectual, a preocupação com a criação e manutenção de contatos das mais diversas ordens com um grupo de críticos, editores e intelectuais, brasileiros ou não, bem como o estabelecimento de redes de sociabilidade consistentes, RC se preocupou em mostrar a funcionalidade da sistematização dessas ligações no interior do Ministério, denotando que a cooperação intelectual pretendida por ele se distanciava em aspectos materiais e práticos da proposta surgida em âmbito mundial sob a égide da Liga das Nações, ainda que os projetos estivessem sob o mesmo nome e embebidos de estímulos e objetivos comuns.

Assim, parece ser relevante identificar a proposta similar no que tange ao trabalho de estímulo à relação exterior, sob um ângulo político. Não se quer afirmar com isso que se trata de uma novidade ministerial a forma como Ribeiro Couto conduziu seu trabalho, e sim demonstrar que apesar de não fugir a uma aparente regra, esse intelectual empenhou-se, aparentemente de forma assídua, na formulação de um projeto mais bem elaborado de incentivo à cooperação entre as nações, chamando atenção para uma forma de relacionamento exterior não pouco difundido, apesar da ausência de embasamento institucional anterior à homologação de sua proposta.

Evidencia-se, assim, a contribuição eminentemente pessoal de Couto na defesa da necessidade de criação do Serviço de Expansão Intelectual⁴, quando este coloca em pauta a experiência que lhe foi dada ter, “de seis anos de constante correspondência com escritores, diretores de revistas e outros intelectuais da França, da Itália, de Portugal, da Bélgica, da Argentina, da Argentina, etc.”, o que o leva a submeter a proposta da criação de uma seção ou dependência de seção vinculada àquele Ministério, necessariamente, segundo ele, por corresponder a uma necessidade do serviço público (Arquivo RC/AMLB/FCRB, 1-3-1934). Enquanto cônsul de terceira classe explicou qual seria a finalidade de tal Serviço, enumerando nove itens, a saber,

Fazer, discretamente, a propaganda dos valores literários do Brasil no estrangeiro, tirando-se, o mais que possível, o caráter ostensivo de “propaganda oficial” aos trabalhos; e, para tanto,
Organizar um fichário com o endereço de todos os escritores, de todos os países, capazes de se interessar pela literatura e pela vida cultural do Brasil, sobretudo aqueles que, por conhecerem o idioma castelhano, possam mais facilmente entender o português;
Idem com o endereço de todas as instituições culturais, revistas, jornais e associações literárias, capazes do mesmo interesse;
Fornecer informações e traduções de obras literárias, históricas, científicas, etc. do Brasil, a todos aqueles que as solicitem ou possam interessar-se por elas;
Fornecer livros;
f) estimular, por todos os meios, os estudos e conhecimentos de escritores estrangeiros a respeito do Brasil;
g) estabelecer ligação entre escritores estrangeiros e os do Brasil, levando-se em conta as afinidades comuns, assim como as respectivas especialidades;
h) fornecer matéria para a organização de números especiais de revistas ou jornais estrangeiros sobre o Brasil;
i) informar sobre tudo que tenha relação com os interesses intelectuais do Brasil. (Arquivo RC/AMLB/FCRB, 1-3-1934, p. 1 e 2)

6

O êxito do Serviço de Expansão Intelectual repousaria, assim, conforme lemos no mesmo documento, no bom aproveitamento das relações pessoais e no conhecimento direto dos meios estrangeiros, que tinham os funcionários daquele Ministério. De forma bastante didática, que beira à informalidade, Ribeiro Couto exemplificou: se houvesse necessidade ou interesse de propagar a história brasileira em algum país, ter-se-ia que

⁴ Em documento datado de 12 de Abril de 1934 tomamos conhecimento que a proposta de alteração do nome da seção (Serviço de Cooperação Intelectual, ao invés de Expansão Intelectual) partira do sr. conselheiro Cyro de Freitas Valle. (Arquivo RC/ AMLB/FCRB).

buscar nele o nome de escritor mais indicado pra tal, enviando-lhe livros brasileiros de perfeita qualidade científica e literária nos quais o autor pudesse se basear.

O Serviço de Expansão Intelectual aproveitaria, dessa forma, todas as oportunidades que tivesse para divulgar no exterior tudo que fosse ‘verdadeiro’ e ‘melhor’, sobre a nossa literatura e ciência (especialmente no campo da história e da etnografia). Conforme ele mesmo esclareceu,

Não se trataria, dessa forma, de uma propaganda mecânica, automática, pela remessa de publicações e livros, mas do estudo e preparação do terreno, lá fora, para a oportuna sementeira de elementos úteis, e de uma constante e progressiva multiplicação de “brasilianistas” com o aproveitamento hábil dos muitíssimos “hispanisantes” que hoje se ocupam de historia, literatura e ‘folk-lore’ da Espanha e dos países hispano-americanos. (Arquivo RC/AMLB/FCRB, 1-3-1934, p. 4).

É sempre em tom de reverência que Couto encaminhou suas propostas e solicitações, chegando a negar a pretensão de conhecer o assunto melhor do que outros funcionários daquela ‘Casa’, que se comparados a ele, contariam em seus currículos com maior permanência no estrangeiro, e, em decorrência, com grande competência para tratar a questão. Outrossim, buscava demonstrar que sua atuação fora do país, ainda que curta até aquele momento, fora sempre exitosa no que tange às iniciativas de tal ordem, como quando, por exemplo, ao longo dos três anos e meio que esteve na França. Além disso, no Brasil, Couto afirmou não ter cessado de manter correspondência com professores e escritores de diversos países, que passaram a lhe pedir informações e livros com maior insistência. Esses e outros aspectos relatados reafirmavam a utilidade necessária que o projeto proposto encarnava. Restava apenas sua aprovação.

Se o Ministério buscava uma reforma ampla como denuncia o título de um documento encaminhado por Couto – “Para aproveitar na reforma dos serviços do Ministério das Relações Exteriores” (Arquivo RC/AMLB/FCRB, 24.11.34 p. 1), modernizadora e inspirada nas novas necessidades apresentadas, não se deveria escapar à criação do Serviço de Cooperação Intelectual, que teria por fim “a promoção do intercambio científico, literário e artístico entre o Brasil e os países cultos” (*Idem*). Para ‘países cultos’ não foi preciso ocupar espaço ou explicações. A limitação apresentada pelo adjetivo, certamente datada, é representativa de um momento das Relações

Exteriores do Brasil que não será aqui debatida por fugir do que se propõe para esta comunicação, ainda que tenha o que dizer sobre a própria percepção do funcionário Ribeiro Couto em relação ao seu trabalho e ao posicionamento do Brasil no cenário mundial frente as demais nações.

De forma geral, ao debruçarmo-nos sobre a documentação relativa ao Ministério das Relações Exteriores, assim como sobre parte da Produção Intelectual do autor (ambas divisões do acervo RC no AMLB/FCRB), nos deparamos com incessantes encaminhamentos deste projeto, ora de forma didática e resumida, ora de forma extensa a fim de demonstrar todo o aparato recrutado para a elaboração da proposta. O que parece se evidenciar é que seu conhecimento pessoal de uma rede de sociabilidade americana embasa e fundamenta esse projeto, o que não coincidentemente ocorre com a publicação em que esteve à frente entre 1941 e 1943, o suplemento mensal já citado, *Pensamento da America*.

Já a partir de outro conjunto de documentação, podemos aferir que seu trabalho fugia a simples mecanização e lhe era permitida a emissão de pareceres relativos a assuntos de ordens diversas, incluindo-se aí a relevante investida acerca da organização de uma convenção internacional elaborado pela Organização de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações sobre o repatriamento dos objetos de interesse artístico, histórico ou científico perdidos, furtados ou ilicitamente alienados ou exportados. Ribeiro Couto assinalou, por exemplo, a conveniência de expor o anteprojeto ao Ministério da Educação⁵ e à seção de Limites e Atos Internacionais do Ministério das RE, além de emitir parecer em nome do Serviço de Cooperação Intelectual, no qual indicava sua negativa em relação à ratificação do projeto enquanto não existisse uma lei que proibisse a exportação de objetos de interesse histórico e artístico. Seu envolvimento com a criação e posterior atividade do Serviço de Cooperação Intelectual se assinala na citação anterior, mas clarifica-se em documentações posteriores, como a emitida por RC em 29 de maio 1934, na qual informou ao Ministro o envolvimento do Serviço de Cooperação Intelectual com searas afins, como o projeto “Paz pela Escola,

⁵ Sobre alienação ou exportação de bens de valor cultural, artístico ou histórico: (...) As providências sugeridas pelo sr. Conselheiro Fonseca Hermes encaram esse e os demais aspectos da questão, restando a este Ministério esperar que o da Educação (por intermédio, talvez, do Conselho Nacional de Belas Artes) elabore um projeto de lei, dentro do espírito do tratado. (Arquivo RC/AMLB/FCRB, 16/8/1934).

então sob direção do professor Jorge Figueira Machado, bem como, também, com o Centro Brasileiro de Documentação Pedagógica, em vias de organização naquele momento sob responsabilidade do secretário de Legação Jorge Latour.

Ainda que o projeto parecesse útil e tenha sido bem recebido, não se evidencia que a formalização institucional da proposta tenha acontecido com ausência de grande empenho de RC. Ele se valeu muitas vezes de vozes autorizadas que ou entravam em contato pessoalmente com o Ministro em exercício para emitir sua aprovação e incentivo, ou que, via seu próprio intermédio, encaminhavam relatos e pareceres de concordância – por ele certamente prospectados – a fim de enfatizar a relevância do que propunha.⁶

A sistematização pretendida pelo projeto iria além, sendo o Serviço responsável também por imprimir ou mimeografar listas dos principais escritores brasileiros em atividade, e deveriam ser remetida às missões diplomáticas e aos consulados brasileiros, fornecendo às chancelarias elementos de trabalho para o contato direto entre intelectuais, além de representar um favorecimento a quem se interessasse por trocar livros e fazer publicações. Iniciativa igual já teria sido levada a cabo pela Secretária de Educação do México.

Os empreendimentos não ambicionavam atingir apenas o exterior, outrossim, angariar a simpatia da imprensa brasileira pela causa através do fornecimento de um Boletim de Cooperação Intelectual, através do Serviço de Imprensa do Gabinete. O Boletim, que deveria também ser publicado no Diário Oficial (Arquivo RC/AMLB/FCRB, 3/8/1934) contaria com materiais de diferentes publicações do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual e teria como objetivo principal a difusão de notícias aparecidas sobre o Brasil no estrangeiro. E cita um exemplo para demonstrar como esse órgão poderia se tornar fonte habitual de tais informações, o que

⁶ Nesse sentido, consta em seu acervo, na pasta relativa ao Ministério das Relações Exteriores, um memorando encaminhado em 28 de Junho de 1934, no qual M. Nabuco remete “duas informações do Sr. Ribeiro Couto sobre a conveniência de ser criado no Itamaraty um serviço de Expansão intelectual”, afirmando que salvo quanto a breves detalhes, estava de pleno acordo com o Sr. R. Couto. De forma semelhante, RC pleiteou o apoio do Cônsul de 1ª. Classe Arno Konder, via memorando, em 1º de Março de 1934, encaminhando as seguintes palavras: “Tendo elaborado uma informação sobre a conveniência de ser criado neste Ministério um Serviço de Expansão Intelectual (...) rogo a Vossa Senhoria a bondade de apor a mesma a sua chancela e de encaminhá-la ao Senhor Secretario Geral”, obtendo o encaminhamento no mesmo dia e de forma elogiosa.

seria muito útil para os jornais do interior: “Um escritor estrangeiro trata de um livro brasileiro, elogiosamente. Convém reproduzir no Brasil a opinião expedida. Em seguida, o Serviço mandará ao mesmo escritor os recortes de jornais brasileiros, em que seu trabalho haja repercutido.” Notadamente, mais uma vez, é observável esse mesmo mecanismo na elaboração editorial do *Pensamento da America*.

Naturalmente, como Ribeiro Couto não deixou de assinalar, todas essas iniciativas dependeriam do amparo dado pelo Ministro de Estado ao Serviço de Cooperação Intelectual, tendo em vista que seu funcionamento demandava investimento material, a começar pela necessidade de dotar tal repartição de livros, jornais e revistas, para que se efetivasse a propaganda cultural visada.

A grande lacuna documental sobre o assunto, após inúmeras e intensivas tentativas a respeito via encaminhamento de documentação oficial e pareceres legitimadores, nos dá margem para aferir que a tentativa de efetivação institucional do Serviço pode não ter logrado o êxito imediato esperado. A hipótese parcialmente se sustenta ao nos depararmos com uma série de novos documentos datados do ano de 1937 em diante, nos quais o assunto aparentemente empoeirado é retomado de forma a denotar que o trabalho de Ribeiro Couto na mesma seara dos anos anteriores era solitário dentro do Ministério e não havia sido institucionalizado da forma como anteriormente pretendido.

Enfim, é apenas em no final do mês de agosto de 1937 (Arquivo RC/AMLB/FCRB, 30/8/1937) que as pretensões de RC sobre esse aspecto são alcançadas, ainda que parcialmente. É nessa data que o autor acusa o recebimento da circular que transmite uma portaria de regulamentação provisória do Serviço de Cooperação Intelectual, cuja criação lhe coube propor a 1º de março de 1934.

A palavra ‘rejubilação’ foi a escolhida para manifestar o estado de espírito daquele que havia esboçado a nova secção do Ministério das Relações Exteriores brasileiro. Em resposta à circular, ainda, o autor relembra que ao despachar a primeira informação a respeito, o então Secretário Geral, Embaixador Mauricio Nabuco, assim se exprimiu: “Acho que, bem encaminhado, esse serviço pode atingir grandes proporções e ser correspondentemente útil ao Brasil” (*Ibidem*, p. 2), além de valorizar a prática de tornar o Serviço de Cooperação Intelectual um instrumento de trabalho indispensável

àquela Secretaria de Estado, “sobretudo para a obra de expansão do nosso prestígio cultural, essencialmente ligada a do nosso prestígio político.” (*Idem*).

Ribeiro Couto lançou mão do conceito de “espírito transoceânico” para destacar que o lado oposto do oceano exercia grande influência cultural e política sobre o Brasil e saiu em defesa da importância de se atentar para os ‘itinerários costeiros’. O tom denunciativo está presente ainda no apontamento de que três grandes territórios da cultura americana eram três grandes prisões que não se intercomunicavam, tendo portas abertas apenas para a Europa.

É justamente por esse posicionamento que Couto defendeu que humanização e universalização das propostas do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual deveria se dar com a ação no campo preliminar de uma “Sociedade dos Espíritos Americanos”, apontando que não deveria tardar a existência desse Instituto, a ser criado “corajosamente, com espírito de ação prática, demonstrando assim que a palavra “Cooperação” não é simples pretexto para agradáveis reuniões acadêmicas” (RC Pi, s/d, p. 4).

FONTES/ARQUIVOS CONSULTADOS

Suplemento *Pensamento da America*. Jornal *A Manhã*: Rio de Janeiro, 1941-1948. Material microfilmado da Coleção Plínio Doyle. Arquivo Laboratório de História e Arte (LABHARTE/CFH/UFSC). Florianópolis (SC).

Fundação Casa de Rui Barbosa - Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) – Rio de Janeiro (RJ). Arquivo Ribeiro Couto: Correspondência Pessoal, Produção Intelectual, Ministério das Relações Exteriores.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. Era uma vez, há 60 anos atrás... O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus, 2008. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/monografia-era-uma-vez-h%C3%A1-60-anos-atr%C3%A1s-pdf-d80345242>. Acesso em 16 de maio de 2012.

FONSECA; MAIO. Miguel Ozório de Almeida e o projeto de uma 'história científica e cultural da humanidade'. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*: vol.11, no.2, Rio de Janeiro, Mai/Ago 2004.

GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KARNAL, Leandro. *O Brasil e a América Latina denegada*. Porto Alegre: Ciências e Letras, n. 28, julh/dez. 2000.

LINS, Vera. *Ribeiro Couto, uma questão de olhar*. Fundação Casa de Rui Barbosa- Ministério da Cultura- Rio de Janeiro, 1997.

MARIZ, Vasco (org.). *Ribeiro Couto: no seu centenário*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

MICELI, Sergio. Intelectuais e a classe dirigente do Brasil (1920-1945). In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRADO, Antonio Arnoni. *Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o Integralismo*. São Paulo: Editora 34, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/Editora FGV, 1996.

SOUZA, Letícia Pumar Alves de. Por uma ciência universal a atuação de intelectuais brasileiros no projeto de cooperação intelectual da Liga das Nações (décadas de 1920 a 1940). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.